



## **Ata da 34ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN 23/02/2024.**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro realizou-se a reunião ordinária de forma presencial do CPDCN (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo), gestão 2021 – 2024, na Secretaria de Justiça e Cidadania, Pátio do Colégio 148 – térreo, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguintes presenças: Sociedade Civil; Gil Marcos Clarindo, João Cezar, Marlene Costa, Décio Vieira, Cida Costa, Dr. Agnaldo Benedito, Jean Herbert, Representantes governamentais; Maria Lucia, Rosair Mota, Conselheira Thais Horta. Convidados; Robson Ferreira – Coordenação de Políticas para População Negra - CPPN, Irineu K. de Pinho. Ausências justificadas; Bruno Pimentel, Clarina Genaro, Carlos Eduardo, Dra. Regina Célia, Iyá Maria Cristina, Sandra Baptista, Eloy Miguel, Dra. Roseli, Eneas Silva dos Santos. O Presidente Gil Marcos abre a reunião informando que convidou o Dr. Robson Ferreira - CPPN para darmos continuidade ao tema sobre a 5ª Conferência Estadual da Comunidade Negra e já adianta de antemão que a Conferência Federal foi adiada para o mês de novembro e resta saber da planificação para a conferência estadual. Informa ainda que devemos começar a discutir a questão da reforma do regimento interno do Conselho, solicita as possíveis sugestões para o regimento. Décio Vieira apresenta duas sugestões; primeiro a inclusão de suplentes para todos os vinte e dois conselheiros e que esses suplentes tenham direito de participarem das reuniões ordinárias, segundo considerar a exclusão do conselheiro que faltar por duas vezes consecutivas ou três alternadas. Jean Herbert sugere que seja incluído a questão de orçamentos para que o CPDCN conte com recursos para desenvolver suas atividades, pois para se fazer qualquer coisa há a necessidade de recursos o que o Conselho se restringe por essa falta. Respondendo ao questionamento do Jean, o presidente Gil informa que não é possível incluir essa pauta no regimento interno, pois o CPDCN não possui ainda um CNPJ, portanto, teoricamente não deve contar com recursos financeiros do Estado. Jean argumenta que todas as atividades do Conselho dependem de recursos financeiros e sustenta que se há que definir um meio para que possamos obter esses recursos. Gil informa que essa questão tem que ser incluída primeiro no Plano Estadual que está em andamento para assinatura do governador, o Presidente Gil informa que recebeu o edital a lista tríplice com os nomes para serem indicados a ouvidor geral da Defensoria Pública.

Jean relata as dificuldades de se constituir o Conselho no município de Lorena e que já está em andamento a construção da Casa Afro, mas teme que a coordenação desse equipamento seja repassada politicamente a alguém ligado ao poder público enquanto, crê que esse equipamento deveria ficar ao controle da Comunidade Negra da região.

Robson explica que esse é um problema que deve ser discutido com o executivo municipal e sugere que façamos uma reunião com prefeito e vereadores para avançarmos nessa questão. O Presidente Gil sugere que o Jean agende uma reunião com as lideranças dos municípios da região, para que assim possamos conversar sobre questões da Casa Afro e outras de interesse da comunidade negra, como a criação dos conselhos municipais. Cida Costa informa que não é papel dos conselhos coordenar as Casas Afros, mas que existem outras atividades que dizem respeito aos conselhos e que uma lei como a coordenação de um equipamento cultural para a comunidade negra, não passaria de forma alguma nas câmaras municipais. Dr. Robson informa que há dificuldades legais para a assunção de um equipamento como a Casa Afro pela Comunidade, pois teria que passar antes por orçamentos internos ao município, sendo assim para uma coordenação dessa envergadura teria que passar pelo crivo do executivo em conformidade com as leis vigentes, entende que para o momento o melhor é nos reunirmos com as comunidades nesses municípios para uma discussão mais ampla. Décio Vieira questiona sobre a data da Conferência Estadual marcada a princípio e quanto aos eixos temáticos. Jean questiona como poderemos contribuir com os trabalhos da Conferência. Robson relata que o Ministério da Igualdade Racial alterou a data da Conferência Federal para o mês de novembro deste ano, porém não precisou uma data específica, com relação a Conferência Estadual, informa que a princípio está agendada para a Faculdade Zumbi dos Palmares no final do mês de maio e vamos realizar a Estadual. Com relação aos eixos temáticos, informa que poderão sofrer alterações ou mesmo inclusões e adequações pois já estamos a dois anos do término das Conferências Municipais sendo que teremos que nos adaptar a essa realidade. Informa ainda que o Conselho fará parte integrante da Comissão Organizadora para o desenvolvimento dos trabalhos e que na data oportuna informará das atividades, bem como fará parte também das subcomissões a serem implantadas para a Conferência. Informa ainda que não haverá modificação nos eixos temáticos, mas poderão sofrer complementações. Complementa ainda que já organizou uma planilha com 303 delegados e ao fim do trabalho, a ideia é trabalhar com um número de 750 delegados, para isso está desenvolvendo um intenso trabalho junto aos municípios e regionais para alinhar esse número de delegados. Robson relata ainda que a Federal deverá lançar alguns eixos para estimular os municípios a aderirem ao SINAPIR, o que facilitará em muito o desenvolvimento dos trabalhos na região aderente. Para a realização da conferência é preciso uma grande organização interna e São Paulo sempre foi pioneiro nas questões raciais sobre políticas públicas e vai brevemente realizar nossa 5ª Conferência. Hoje tem 23 regiões administrativas e apenas 12 realizaram as Conferências, por esse motivo é possível que novas conferências se realizem até a estadual, já está conversando com lideranças nos municípios e regiões que não realizaram as conferências, informa que houve municípios que não incluíram delegados e outros que não fizeram a publicação do regimento nos respectivos Diários Oficiais. Portanto, a secretaria e a CPPN estão com equipes desenvolvendo um intenso trabalho para o alinhamento desses municípios para o desenvolvimento da conferência, seja contatando as regiões que ainda não realizaram, seja contatando para sanar os problemas criados a época. Com relação ao Plano Estadual da Igualdade Racial, Robson informa que foram feitas algumas correções ortográficas e novamente encaminhado as Secretarias e ao departamento jurídico para posterior análise e que o objetivo é ter esse plano aprovado ainda neste ano pois é o ano derradeiro da atual gestão do Conselho. Gil Informa que este mês esteve em reunião na prefeitura com a

Secretária Aline Torres a qual recebeu o troféu de 38 anos do Conselho e Gil solicitou o empenho da secretária no sentido de disponibilizar esforços para que os 40 anos do CPDCN seja comemorado no Teatro Municipal de São Paulo. Décio Vieira, informa que sem mais a tratar, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e informo que esta ata foi redigida por mim, conselheiro do CPDCN e aprovada pelo colegiado.